

PROGRAMA DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA ARTRITE ENCEFALITE CAPRINA, EM REBANHO CRIADO SEMI-EXTENSIVAMENTE.

PINHEIRO, R.R.¹; ALVES, F.S.F.¹; GOUVEIA, A.M.G.²; ANDRIOLI, A.¹; VIEIRA, L.S.¹; SILVA, E.R.³

¹Médicos Veterinários, PhD, Pesquisadores da Embrapa Caprinos. rizaldo@cnp.embrapa.br.

²Médica Veterinária, PhD, Professora do Dep. de Med. Veterinária da UFMG. ³Médica Veterinária, Doutoranda, Pesquisadora da Embrapa Caprinos.

A Artrite Encefalite Caprina (AEC) é uma enfermidade crônica, multissistêmica, causada por retrovírus da subfamília Lentiviridae e encontra-se disseminada no país em rebanhos leiteiros. Ocasionalmente ocasiona perdas econômicas consideráveis, incluindo queda na produção de leite, diminuição da vida útil e aumento na mortalidade de cabrito procedentes de cabras contaminadas. Este trabalho teve como objetivo o controle e erradicação da AEC num rebanho composto de animais de padrão racial nativo, sem raça definida (SRD) e mestiços (SRD x raça leiteira) criados em regime semi-extensivo pertencentes à Embrapa Caprinos. A ocorrência da AEC na Embrapa Caprinos motivou a elaboração e implantação, a partir de 1994, do PCAEV - Programa de Controle da AEC estabelecendo e avaliando medidas sanitárias visando o controle gradual da lentivirose nos diversos sistemas de criação de rebanho de caprinos e ovinos da Embrapa. As medidas de controle basearam-se no bloqueio da transmissão do vírus a partir de animais infectados, considerando as vias de infecção conhecidas e as que se apresentavam pouco estabelecidas. Foram considerados, ainda, fatores como soroconversão tardia, latência viral, latência sorológica, replicação restrita e manejo do rebanho. Para o monitoramento sorológico das medidas de controle optou-se pela técnica de imunodifusão em gel de agarose (IDGA). As medidas de controle efetivadas foram as seguintes: abate dos animais soropositivos, acompanhamento sorológico semestral e proibição da entrada de animais soropositivos (fêmeas, reprodutores e rufiões). No início a prevalência neste rebanho foi de 2,6% (2/77) e seis meses após a implantação das medidas de controle a incidência foi de 1,1% (1/92). Doze meses após a implantação das medidas a incidência caiu para 0% e se manteve-se com este índice por 14 sorologias semestrais (1995-2002). Diante deste resultado verifica-se que o rápido emprego das medidas de controle da AEC em rebanhos com baixa prevalência e submetidos a regimes semi-extensivos, mesmo utilizando o teste de IDGA, que apresenta baixa sensibilidade, pode resultar na erradicação desta enfermidade. Provavelmente o regime de criação semi-extensiva favoreceu a erradicação da AEC, uma vez que o principal modo de transmissão ocorre através do leite e do colostro. Esta erradicação é importante em virtude da realidade sócio-econômica e o tipo de exploração zootécnica predominante no Nordeste brasileiro, onde a presença desta enfermidade nos animais leiteiros e a compra de animais melhorados representa grande risco de disseminação do agente para os rebanhos SRD e nativo.